**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTUDO DE CASO REALIZADO NO ENSINO MÉDIO DO IFPI CAMPUS PEDRO II**

Renata Rezende Pinheiro Castro:¹

Victor Memória Nogueira:²

Letícia Alves Monção:³

**RESUMO**

 O artigo trata-se de um relato de experiência intitulado “A importância do conhecimento jurídico na educação básica: Relato de experiência de estudo de caso realizado no ensino médio do IFPI- campus Pedro II”, desenvolvido na disciplina Atividade Curricular de Extensão durante o 1° período 2023.1 do curso de Direito da faculdade Chrisfapi com práticas no Instituto Federal do Piauí, Campus Pedro II. Objetivou-se demonstrar a importância da inserção dos conhecimentos jurídicos na educação básica, através de aulas expositivas e didáticas para alunos do ensino médio, inicialmente tratando da Constituição Federal de 1988. Considera-se um tema de grande pertinência não só para a comunidade acadêmica, como para toda a sociedade, devido a importância de obter desde cedo a noção básica dos nossos direitos e deveres.

**Palavras-chave:** Conhecimento jurídico. Educação. Ensino Médio.

**1 INTRODUÇÃO**

Ao pesquisar sobre a dinâmica das leis no meio social, percebe-se que muitas pessoas não possuem um conhecimento básico das normas que regem nosso país. E um dos principais motivos para que isso aconteça é a falta da obrigatoriedade dos conhecimentos jurídicos junto a base comum curricular da educação básica. Silva *et al.* (2020) destaca que Embora a Constituição Federal tenha sido promulgada em 1988, ainda existem pessoas que possuem baixo conhecimento do texto constitucional ou que desconhecem completamente o mesmo. Por conta disso, diariamente inúmeras pessoas são lesadas ou conduzidas ao erro ou a práticas ilícitas, por desconhecerem seus direitos, deveres e garantias.

 Observa-se que dificilmente os alunos do ensino básico possuem disciplinas relacionadas ao direito, ou seja, os jovens vivenciam o direito nas práticas da vida, mas não possuem o conhecimento jurídico mínimo para exerce-lo de maneira mais proveitosa. Desse modo, existe uma dificuldade muito grande de conhecer a lei e aplicar a lei, desde os mais jovens até mesmo às pessoas adultas que não obtiveram esse tipo de conhecimento.

 E quando salienta- se a questão da dificuldade de aplicar a lei, leva-se em consideração principalmente os atos corriqueiros do dia a dia, como passar o sinal de trânsito no vermelho. Se tiver um guarda de prontidão para multar o cidadão o mesmo vai até parar por medo da punição, mas caso não tenha, muitas vezes, descumpre o sinal vermelho como se fosse o certo ou o normal. Diversos outros atos como esse acontecem diariamente, e acredita-se que a falta da aplicação do conhecimento jurídico no ambiente escolar é um dos principais fatores que ocasionam esse problema.

 A educação é um direito social garantido no artigo 6° da constituição brasileira, apresentando os seguintes princípios:

Art. 6° São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparos, na forma desta Constituição (BRASIL,1988).

 As concepções do que deve ser trabalhado em sala de aula são determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. Segundo Cirio e Ruas (2015), a LDBEN recomenda que sejam trabalhados conhecimentos da realidade social e política, no qual poderia encaixar-se disciplinas jurídicas como ECA, Direitos Humanos e também a Constituição Federal. No entanto, o que se observa nos planos de aula das escolas brasileiras é a não presença desses conhecimentos, fato que prejudica diretamente a formação dos jovens como cidadãos.

 Santos (2022), destaca ainda que o ensino jurídico básico nas escolas facilitaria a compreensão da letra da lei já que de acordo com artigo 3° do decreto lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942, na lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a LINDB, “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Partindo desse pressuposto, o conhecimento jurídico na educação básica asseguraria as pessoas comuns a compreensão básica do mundo jurídico e maiores possibilidades de conseguirem seus direitos e resolverem seus conflitos.

 Cirio e Ruas ( 2015), destacam que o único estado que inclui em seu currículo escolar noções de direito é o Estado de São Paulo que aprovou em 2007 o projeto de lei 374 de autoria do deputado Alex Manente versando sobre o assunto:

Dispõe sobre a obrigatoriedade no ensino médio da rede pública estadual, a matéria de Introdução ao Estudo do Direito.

Artigo 1° - Fica obrigatória a inclusão no currículo escolar da rede pública estadual a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Art. 2°- A disciplina deverá ser aplicada no 2° ano do Ensino Médio, sendo obrigatória e eliminatória.

Art. 3°- O conteúdo programático da disciplina será estipulado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, seguindo a seguinte diretriz:

Noções básicas de Justiça e Cidadania;

Noções básicas de Teoria Geral do Estado;

Noções básicas de Hermenêutica da Lei;

Noções básicas de Direitos do Consumidor;

Art. 4°- O poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5°- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias.

Art. 6°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nas palavras de CASTILHO (2007):

Conhecer as atribuições das principais autoridades, a forma pela qual se deve proceder para cobrar destas o que é de direito, saber em que consiste ser consumidor e o que isso implica, ter em mente os poderes inerentes à propriedade que possui, e, sobretudo, ter bem claro quais são os direitos fundamentais e o que fazer para protegê-los – tudo isso demonstra claramente que não há substanciosa vida em sociedade sem conhecer o Direito. Ensiná-lo para além dos círculos do Ensino Superior, portanto, é uma forma de assegurar que nossa sociedade de amanhã será melhor do que a de hoje.

Cirio e Ruas (2015) apontam um problema na inserção dos conhecimentos jurídicos na educação básica, que seria utópico acreditar que professores com toda sua carga horária já muito extensa, conseguiriam inserir disciplinas sem prejudicar o restante do andamento da matriz curricular. Por isso, no momento, a solução mais viável seria a implementação de projetos paralelos e parceiros às escolas como forma de desenvolvimento do conhecimento jurídico no ambiente escolar sem prejudicar o andamento dos demais conteúdos programáticos.

 Levando em consideração a revisão de literatura, percebe-se que a educação básica possui essa demanda com relação aos conhecimentos jurídicos. Com isso, através da disciplina “Atividade Curricular de Extensão”, desenvolveu-se uma ação extensionista em parceria com o IFPI campus Pedro II que consistiu em compartilhar conhecimento jurídico para alunos do ensino médio com enfoque em nossa lei maior, a Constituição Federal Brasileira, visando uma fácil compreensão, de modo a demonstrar como o direito é presente no dia a dia, bem como sua importância para a vida.

**2 OBJETIVO**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da inserção dos conhecimentos jurídicos na educação básica.

**3 METODOLOGIA (OU DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA)**

Inicialmente elaborou-se a ideia do projeto e algumas perguntas abertas a serem feitas ao diretor do IFPI campus Pedro II, com o intuito de averiguar a problemática realmente era pertinente no local e, a partir disso, desenvolver o projeto. As perguntas norteadoras foram:

1. Durante o seu período como Diretor da Instituição quais dificuldades você observa nos alunos com relação aos conhecimentos sobre os seus direitos?
2. Quais ações você consideraria necessária para resolver este problema?
3. Na sua visão, quais os benefícios que a nossa intervenção com o projeto de extensão pode trazer para os alunos da instituição?

Após esse momento de abordagem das problemáticas, elaborou-se um plano de ação baseado no modelo 5W2H (imagem 1), um modelo útil e flexível que favoreceu o planejamento inicial. O modelo utiliza-se de uma estratégia de planejamento, na qual elenca-se 5 “porquês” de desenvolvimento do trabalho e 2 “como” explicando como será desenvolvido. Assim como observa-se na imagem a seguir:

Imagem 1- Plano de Ação 5W2H

 Após essas etapas, iniciou-se as atividades práticas no campus, nas quais decidiu-se juntamente com o diretor da instituição que o primeiro assunto abordado seria a Constituição Federal de 1988.

 No primeiro encontro, com uma turma de terceiro ano do ensino médio, buscou-se motiva-los a expressarem os seus conhecimentos prévios sobre o assunto, e como esperado, eram ainda muito rasos. Em seguida iniciou-se a conversa sobre a constituição de 88, destacando sua importância atual, bem como a formação de sua assembleia constituinte, o preâmbulo e os Princípios Fundamentais (Art.1° ao 4°). Foi um momento muito proveitoso e percebia-se a curiosidade dos alunos e surpresa ao estarem entendendo, mesmo que de forma inicial, a lei maior que rege nosso Estado.

 No segundo encontro, ainda com a turma de 3° ano, deu-se continuidade a constituição federal de 1988 agora tratando Dos Direitos e Garantias Fundamentais, com enfoque no art 5° e todos os seus incisos. Sempre buscando transmitir o conhecimento de forma clara e didática,

mais uma vez percebeu-se a admiração dos alunos pelo tema e a curiosidade de buscar conhecer e entender os direitos que estão inseridos no dia a dia de todos.

 No entanto, observou-se algumas dificuldades, após o segundo encontro tornou-se difícil prosseguir com as aulas, devido choque de horários da instituição. Porém, a instituição disponibilizou outro horário com novos participantes, no qual desenvolveu-se a mesma metodologia praticada anteriormente e mais uma vez obteve-se um retorno muito interessante dos alunos.

 Infelizmente, devido ao tempo, não foi possível aplicar todos os assuntos planejados. No entanto, concretizou-se a importância da inserção dos conhecimentos jurídicos na educação básica, seja no currículo das escolas, ou através de projetos, palestras ou qualquer meio que faça com que os jovens passem a possuir uma bagagem mínima sobre seus direitos e deveres.

**4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A ideia inicial do projeto surgiu após uma necessidade enxergada pelos próprios participantes. Ao analisar a maioria dos currículos escolares percebe-se que dificilmente existe um tipo de inserção dos conhecimentos jurídicos no âmbito escolar. E ao ingressar na faculdade, principalmente no curso de Direito, logo nas primeiras disciplinas já se percebe o quanto esses conhecimentos são importantes para a sociedade como um todo.

 Sabe-se que o Direito e a sociedade caminham juntos, e é com a evolução da sociedade que o direito também evolui. Por isso, a educação como um dos principais meios modificadores da sociedade não pode estar tão dissociada dos conhecimentos jurídicos. Esse fator salienta a importância do trabalho, não só para a comunidade acadêmica, mas para toda a sociedade.

 Desta feita, antes de introduzir o projeto de extensão no Instituto federal do Piauí- campus Pedro II, fora realizado um questionário com o diretor que também é educador, e, já foi aluno desta instituição, a fim de que fosse detectado sua perspectiva acerca das necessidades que os discentes da sua instituição sentem em relação à ausência do Conhecimento Jurídico Básico na grade curricular dos cursos.

 Para iniciar a entrevista introduziu-se o seguinte questionamento: Durante o seu período como Diretor da Instituição, quais dificuldades você observa nos alunos com relação aos conhecimentos sobre os seus direitos? Em resposta, o diretor menciona que a educação brasileira é falha no quesito de instruir os jovens cidadãos com matérias do âmbito jurídico já que não as colocam na grade de ensino e em decorrência deste ato, os cidadãos em geral têm dificuldade em entender e aplicar a lei. Nesse sentido, o advogado Júlio César Hidalgo, autor de “A Constituição em Quadrinhos”, um dos primeiros livros infanto-juvenil relacionado ao Direito, diz que:

Este ‘analfabetismo jurídico’ não é apenas um dos males do nosso sistema educacional, mas sim um dos grandes males do nosso país”, já que “sem conhecimento dos seus direitos, a pessoa não os exige nem os exerce e perde a sua cidadania, pois exercer a cidadania sem conhecer a Constituição é impossível, já que é nela que temos nossos direitos e garantias fundamentais assegurados e isso inclui a compreensão do funcionamento do Estado e dos seus Poderes (HIDALGO, 2018).

Assim, para que seja possível mudar o comportamento inadequado dos cidadãos frente aos seus deveres constitucionais, deve-se desenvolver desde a juventude o saber básico sobre a Constituição, pois é mais fácil ensinar do zero uma criança do que fazer um adulto cheio de manias, mudar.

Dando sequência, indagou-se: Quais ações você consideraria necessárias para resolver este problema? Em retorno, apontou-se que, inicialmente, a solução seria a implementação de matérias jurídicas no currículo, em especial, a disciplina de Direito Constitucional no Ensino Fundamental, assim como matéria relativa aos Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, pois a Constituição Federal regente, no território brasileiro, é quem define os direitos e deveres dos cidadãos. Já no Ensino Médio e Superior, para resolver esse déficit é essencial a realização de projetos de extensão, iniciação científica e eventos científicos relacionados com o Direito.

Para finalizar a entrevista, questionou-se: quais os benefícios que a intervenção do Projeto de Extensão: **Conhecimento Jurídico na Educação Básica**,pode trazer para os alunos da instituição? Em resposta, o mesmo acredita que levando conhecimentos jurídicos aos seus discentes, eles passarão a ter consciência dos direitos básicos que possuem, visto que tendo compreensão, poderão pôr em prática a lei, além de expandir aos de casa, essa sabedoria.

Logo, pode-se perceber o carecimento de projetos como esse nas escolas e no instituto, assim como, a disponibilidade do representante do Instituto Federal do Piauí - Campus: Pedro II, na execução da atividade extra curricular dos discentes da Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPI).

As palestras administradas no campus foram direcionadas a suprir essa falta de bagagem jurídica primordial que os alunos devem ter, indo de encontro com as necessidades apontadas pelo diretor. Percebeu-se que o interesse dos alunos em interagir ocorreu em consequência da didática, pois foi empregado uma linguagem de fácil compreensão aliado com a utilização de imagens e exemplos do cotidiano dos próprios ouvintes.

 A execução do projeto foi de extremo proveito, desse modo, acredita-se que o conhecimento jurídico deve estar inserido na escola assim como as outras disciplinas, todas as semanas durante o ano letivo. Visto que os encontros realizados na instituição, mesmo que em poucos dias, foram de aprendizados que os participantes com certeza irão repassar para o seu dia a dia. Nesse contexto, Torres Santomé relata que:

As instituições escolares são um dos espaços mais privilegiados para o aprendizado do verdadeiro significado do que é democracia; uma valiosa ponte de ajuda a compreender de modo mais reflexivo a ao memos tempo pratico o verdadeiro significado e as funções do que envolve o exercício da cidadania democrática em um país democrático (TORRES SANTOMÉ, 2013,p.319 e 320).

Como resultados, além de muita experiência adquirida e conhecimento repassado, obteve-se um feedback muito positivo dos alunos participantes no projeto. Em formato de vídeo, um dos participantes destacou a importância dos conhecimentos adquiridos com relação a seus direitos e deveres. Salientou que despertou seu interesse pelo curso de Direito e após o ensino médio irá buscar prosseguir com estudos nessa área. Com isso, acredita-se que a missão inicialmente proposta do projeto desenvolvido fora cumprida, pois pela reação demonstrada houve uma influência positiva no pensamento dos jovens.

**5 CONCLUSÕES**

Dessa forma, ao analisar-se o desenvolvimento do trabalho e todas as ações realizadas no Instituto Federal do Piauí- campus Pedro II. Pode-se concluir que o conhecimento jurídico na educação básica é um fator de extrema importância para influenciar de forma positiva os jovens, desde cedo, a conhecerem conceitos que serão valiosos para a convivência social de todos em qualquer âmbito que esteja inserido socialmente.

 Com isso, salienta-se a relevância de ser feita uma análise nos currículos escolares, com o objetivo de inserir esses tipos de conhecimentos jurídicos na educação, mesmo que de início não seja em forma de disciplinas, mas através de projetos de extensão, palestras, entre outras atividades que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar, com o intuito de formar pessoas que conheçam seus direitos e deveres impactando positivamente o desenvolvimento social como um todo.

**REFERÊNCIAS**

CASTILHO, Ricardo. **Direitos nas escolas**: construção de pessoas e de uma sociedade democrática. Revista Partes. Disponível em: http://www.partes.com.br/educacao/direitonasescolas.asp Acesso em 15 Mar 2023.

CIRIO, Katiucia Carpes Viana; RUAS, Kelly Fighera. **A NECESSIDADE DO ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL**. DI@ LOGUS, v. 4, n. 1, 2015.

HIDALGO, Julio César. **Advogados e juristas defendem o ensino de direito nas escolas.**Sindicato dos especialistas de educação do Ensino Público Municipal de São Paulo. 23 jan. 2018. Disponível em <https://www.sinesp.org.br/noticias/educacao-na-midia/5162-advogados-e-juristas-defendem-o-ensino-de-direito-nas-escolas.html>. Acesso em: 05 set. 2023.

SANTOS, Ellin Camila de Faria. **A importância do conhecimento jurídico no âmbito do ensino fundamental e médio para a formação cidadã.** 2022.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. – 1.ed. – Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, João Ricardo Anastácio; CHOUCINO, Camila Capelo; MACHADO, Sarah Cachioni Duarte. A falta de conhecimento da população em relação aos seus direitos e a inclusão do direito constitucional nas escolas. **Jusbrasil: Brasil**, 2020.